



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA N.º 563

(Lei n.º 7.347/85, art. 5º, p. 6º)

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por intermédio da Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor e a empresa SAGA Sociedade Anônima Goiás de Automóveis, por seu representante legal, EVANDRO MAIA DA SILVEIRA,

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei n.º 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor);

Considerando que é direito básico do consumidor a liberdade de escolha, nos termos do artigo 6.º, inciso II, do CDC;

Considerando que o art. 39, inciso I, do CDC veda a prática abusiva de condicionar o fornecimento de produto ou serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço;

Considerando que chegou ao conhecimento do Ministério Público que concessionárias estão vendendo acessórios na forma de "kits", não sendo comercializada a peça unitária, não sendo factível ao consumidor adquirir os peças do automóvel em separado, sendo-lhe vedado, *v.g.*, adquirir tão-somente o tapete utilizado pelo motorista, o qual, justamente, sofre maior desgaste;

RESOLVEM,

com suporte nas Leis Federais n.ºs 7.347/85, 8.078/90, e na Lei Complementar n.º 75/93, celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, conforme as cláusulas que se passa a aduzir:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

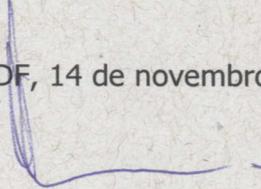
Cláusula primeira: A SAGA Sociedade Anônima Goiás de Automóveis compromete-se a efetuar a venda em separado de peças de forma avulsa, referente aos diversos veículos comercializados em sua concessionária, bem como tornar possível aos consumidores adquirir separadamente todos os produtos fornecidos pela Volkswagen e pela Hyundai de forma avulsa.

Cláusula segunda: O descumprimento pelo estabelecimento, das obrigações previstas nas cláusulas anterior, implicará multa no valor de R\$ 50.000,00, a ser revertida ao fundo criado pelo artigo 13, da Lei Federal n.º 7.347/85.

Cláusula terceira: O presente termo de compromisso não impede novas investigações do Ministério Público ou o ajuizamento de ações civis públicas, pertinente ao objeto aqui tratado, nem prejudica o exercício de direitos individuais, coletivos ou difusos.

Cláusula quarta: o presente termo é celebrado por prazo indeterminado e entrará em vigor em 30 (trinta) dias.

Brasília - DF, 14 de novembro de 2007.


GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios


EVANDRO MAIA DA SILVEIRA
SAGA Sociedade Anônima Goiás de Automóveis